

Pinochet e a transição incompleta

Chile e o mundo foram surpreendidos quando policiais britânicos prenderam numa clínica de Londres o ex-ditador chileno, Augusto Pinochet, que se recuperava de uma cirurgia depois de ter entrado no país com passaporte diplomático. A decisão de processar Pinochet foi iniciada, refletindo a tendência à globalização da justiça, nos tribunais de Madri, onde o juiz espanhol Baltasar Garzón acusou o ex-ditador de 83 anos de tortura, terrorismo e genocídio, e em consequência, solicitou a sua extradição. A situação de Pinochet não está resolvida. Mas ela transformou-se em uma metáfora que remete à questão ética, do direito internacional e política externa. Enquanto a detenção de Pinochet é um assunto abstrato para editoriais de Estados Unidos ou Europa, no Chile, o fato provocou fortes tensões políticas e pôs em evidência uma sociedade que permanece profundamente dividida e polarizada em torno da herança de Pinochet.

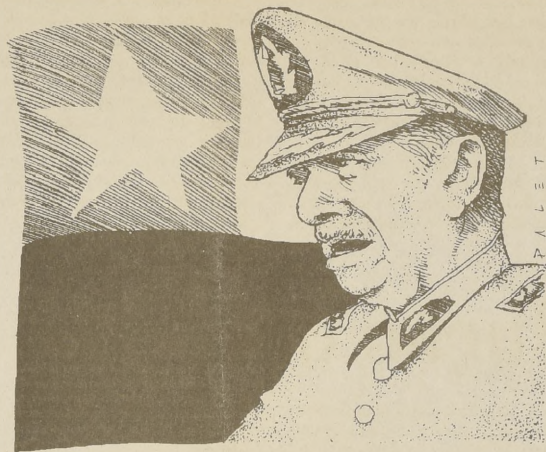
A justiça deve ser feita. Mas, em que termos? Quem tem direito a julgar e onde? A justiça deve ser feita de preferência no local onde foram cometidos os delitos. Mas muitos argumentam que hoje em dia no Chile isso não é possível e que Pinochet deve ser julgado na Europa. Outros defendem que a única solução verdadeira à crise de Pinochet é determinar a verdade e fazer justiça sobre os abusos aos direitos humanos ocorridos no

Chile e logo avançar para o futuro. O arcebispo de Santiago afirmou que a crise de Pinochet aconteceu porque os chilenos "não foram capazes de fazer justiça em tantos casos de graves violações aos direitos humanos no momento oportuno".

Quase uma década depois do fim do regime ditatorial, inúmeros casos de violações aos direitos humanos permanecem sem resposta. O Chile não tem uma legislação que defina quanto julgar e quanto perdoar, apesar do mérito de ter prendido o ex-chefe da polícia secreta ou da aprovação legislativa de importantes medidas de reparação humanitária em favor das vítimas.

Afinal, o desafio principal para o Chile é justamente como terminar o processo de transição à democracia. Processos bem sucedidos precisam, como disse o escritor chileno Jorge Edwards, de uma sábia dose de justiça e perdão. Em países como Brasil, Portugal, África do Sul, Espanha e Uruguai, a recuperação da democracia foi produto de negociações ou acordos com escassez de justiça e abundância de perdão.

Pinochet nunca recebeu uma garantia explícita de imunidade para deixar o poder, nem podia. Mas a lei de anistia de 1978 protege os acusados de ter cometido praticamente qualquer tipo de violação aos direitos humanos entre 1973 e 1978, o período em que ocorreu a maioria das transgres-



sões quando o regime militar consolidava seu domínio. Além disso, Pinochet ganhou um assento vitalício no Senado, cargo criado pela constituição que ele mesmo fez redigir. O retorno à democracia no Chile se deu através de um entendimento pelo qual se aceitou a constituição em troca de reformas específicas imediatas, na confiança de que outras mudanças substantivas seriam viabilizadas mais adiante.

Por isso a situação chilena é mais complexa. A diferença das ditaduras do Brasil ou da Espanha, que recuperaram suas democracias plenamente e inclusive realizaram assembleias constituintes, Chile não recuperou completamente a

sua soberania popular.

As forças pro-ditadura foram capazes de preservar enclaves autoritários, incluindo os "senadores institucionais" que não são eleitos, e sim nomeados através de mecanismos que terminam favorecendo à oposição direitista. No Brasil, o retorno à democracia representou o fim dos senadores não eleitos ou "biônicos"; no Chile, após quase uma década de transição democrática, eles permanecem. As Forças Armadas ainda exercem considerável influência na vida pública através do Conselho de Segurança Nacional.

A soberania popular incompleta no Chile significa que apesar do voto abrumador em favor da coali-

ção governamental (a Concertação) o Executivo não tem maioria no Senado e seus projetos são frequentemente barrados pela oposição. O dilema no Chile não é somente quanta justiça o perdão obter, mas quanta soberania popular recuperar.

O caso Pinochet provocou um retrocesso nessa transição, reabrindo profundas divisões. Os partidos políticos conservadores, Renovação Nacional e União Democrática Independente, apoiam Pinochet. A coalisão de governo, foi afetada também porque socialistas diferiram de democratas-cristãos sobre como o governo deveria defender os princípios de jurisdição territorial e imunidade do Estado sem realmente defender Pinochet.

O caso Pinochet demonstrou que a transição à democracia deve enfrentar todos os temas pendentes por penosos que sejam e não "varre-los sob o tapete", já que eventualmente ressurgirão. Esta é a principal lição do Caso Pinochet. Além do que ocorrer com o ex-ditador, é responsabilidade dos chilenos recuperar plenamente a soberania popular por meio de reformas constitucionais adicionais e criar as condições para concluir a transição com verdade e justiça. Este pode ser um processo longo, mas certamente é inevitável.

●Ricardo Lagos - Ex-ministro do atual governo e candidato a presidente - e Heraldo Muñoz - ex-embaixador na OEA e no Brasil.